

Servidores da Funai param nesta quinta por saída do delegado que preside a fundação

Os servidores e as servidoras da Fundação Nacional do Índio (Funai) param nesta quinta-feira (23) pela responsabilização de todos os culpados pelos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips e pela saída imediata do presidente do órgão, Marcelo Augusto Xavier da Silva.

De acordo com a direção da fundação Indigenistas Associados (INA), Xavier da Silva "vem promovendo uma gestão anti-indígena e anti-indigenista na instituição".

A partir das 10h desta quinta, os servidores realizam um ato nacional em todas as unidades da fundação dos estados e no Distrito Federal – Funai Sede, Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais, Frentes de Proteção Etnoambientais e Museu do Índio.

A gestão de Xavier da Silva, delegado da Polícia Federal (PF) que preside a Funai desde julho de 2019, é criticada pelos servidores e ativistas por causa do alinhamento às demandas de ruralistas e à proposta do presidente Jair Bolsonaro (PL) de barrar novas demarcações de terras indígenas.

Ele já pediu à PF e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar indígenas e defensores da pauta ambiental, segundo o

jornal Folha de S. Paulo, que teve acesso a três solicitações feitas por Xavier da Silva aos dois órgãos.

Uma delas é uma notícia-crime que o presidente da Funai apresentou à PF em 2020 contra Almir Suruí, liderança do povo paiter suruí e coordenador-executivo do Parlamento Indígena do Brasil (Parlaíndio).

O pedido foi feito após a divulgação da "Campanha Paiter: Povos da Floresta contra Covid-19", com o objetivo de buscar contribuições para a distribuição de mantimentos para famílias do povo indígena paiter suruí durante a pandemia, segundo o jornal.

Ainda segundo a Folha, o ofício enviado pelo presidente da Funai à PF diz que houve crimes de estelionato, a partir de suposta manipulação de informações com o fim de obter benefícios, e de difamação, por apresentar informações que em tese poderiam prejudicar a imagem da Funai.

Após um pedido de habeas corpus feito pela defesa de Suruí, o juiz federal Frederico Botelho de Barros Viana mandou trancar o inquérito. "Não há demonstração de existência de elementos probatórios e nem sequer indícios mínimos capazes de subsidiar qualquer tipo de ilícito", disse.



O presidente da Funai também apresentou uma notícia-crime à PF contra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) em 2020. No ofício, ele disse que a Apib, por meio da série de vídeos denominada "Agora é a Vez do Maracá", estaria culpando a administração Bolsonaro por genocídio. Alegou também disseminação de fake news e calúnia contra o governo federal e ainda crime de estelionato.

O ofício dizia também que a Apib havia difundido dados falsos para manipular a verdade acerca dos números de contágio e óbito relativos à Covid-19. Isso porque os dados divulgados divergiam dos apresentados pela Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena).

Fonte: Redação da CUT



Criação de novos sindicatos reforça união dos trabalhadores por direitos

Decisão de trabalhadores de uma loja da Apple nos EUA em criar um sindicato mostra que união por direitos volta à pauta dos trabalhadores. No Brasil, reforma trabalhista reforçou a necessidade de sindicatos.

Matéria completa em www.cut.org.br/noticias



Privatização gera aumento de preços

Está cada vez mais claro que a privatização das estatais não traz nenhum benefício para a população brasileira. Todo esse discurso do governo Bolsonaro em favor das privatizações não passa de uma manobra para beneficiar seus aliados e alguns poucos empresários ligados ao mercado financeiro que não se importam com o bem estar do povo brasileiro e muito menos com a estabilidade econômica do Brasil.

Menos de quinze dias após a privatização da Eletrobras, que segundo Bolsonaro iria ser mais eficiente após a desestatização, foi aprovado um reajuste das bandeiras tarifárias. A bandeira vermelha, por exemplo, terá um aumento de 63,7% e a bandeira amarela irá subir 59,5%. Os novos valores entram em vigor a partir de 1º de julho e irão valer até meados de 2023.

A privatização não irá baixar preços em nenhuma área, inclusive porque a lógica do mercado é ter lucro e quanto mais lucro melhor para os investidores que na maioria dos casos não moram nem no Brasil.

É preciso que a população fique atenta e não permita que mais privatizações sejam feitas no Brasil com essa mesma justificativa falsa de melhoria no atendimento e diminuição dos preços.

O grande filão da vez é a Petrobras, um dos maiores patrimônios brasileiros e que o ministro da Economia Paulo Guedes quer entregar à iniciativa privada com o mesmo discurso de mais eficiência e por conseguinte, me-



nores preços. Mais uma falácia para targar nossas reservas de petróleo e tirar do país mais uma empresa estratégica para o controle da inflação, uma vez que a maioria dos alimentos e bens de consumo são transportados no Brasil por rodovias.

É importante lembrar que a alta dos preços dos combustíveis atualmente deriva de uma conjuntura externa, associada à péssima ges-

tão política e econômica do governo Bolsonaro, o que elevou o valor do dólar a mais de R\$ 5,00, sem esquecer que a política de preços praticada pela Petrobras desde o golpe de 2016 é a de internacionalização e dolarização dos combustíveis, sem levar em consideração o fato de o Brasil ser auto suficiente em petróleo.

Blog Opinando / Ricardo Milán

AVISO

A direção do Sindsep/MA informa aos seus filiados que os atendimentos com advogados estarão suspensos no período de 22 até o dia 30 de junho. Pedimos desculpas aos nossos filiados pelos transtornos e esclarecemos que essa medida se faz necessária para que o corpo jurídico do sindicato possa se concentrar nos cálculos da Ação de Anuênio da FUNASA que alcançou mais de três mil servidores. Agradecemos a compreensão de todas e todos e reiteramos que os atendimentos voltarão ao normal a partir do dia 1º de julho.

